

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: *93*

Data: *12 de Janeiro de 1986*

Pg.: _____

Lucio Flavio Pinto

O dedo do responsável

Ainda vai levar muito tempo até se conseguir desfazer (se é que isto será possível algum dia) a falsa imagem de que o milionário Daniel Keith Ludwig, 88 anos, fracassou na Amazônia por não contar com o apoio necessário e merecido do governo brasileiro. Esta versão é uma pilhéria, mas continua a ser sustentada como se fosse a forma final e acabada da verdade.

Mergulhei durante dois anos na mais vasta documentação sobre o Projeto Jari a que uma pessoa teve acesso, depois de acompanhar o empreendimento durante 14 anos. Não tenho qualquer simpatia pelos governos que se sucederam nesse período, muito pelo contrário. Mas se eles erraram foi por ajudarem abusivamente Ludwig. Em nenhum outro país do mundo, nem no seu, talvez sequer nos paraísos fiscais onde plantou a sede nominal de suas empresas, ele recebeu tratamento tão principesco. O tom da correspondência travada por ele com as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, mostra que só lhe faltou sentar na cadeira do governo. O que, diga-se, nada acrescentaria ao poder que já desfrutava sem ir diretamente ao trono.

Ao fazer suas últimas exigências ao governo, Ludwig não estava interessado apenas em livrar-se da infra-estrutura superdimensionada (que consumira 75 milhões dos 705 milhões de dólares investidos) e reduzir custos operacionais. Na verdade, ele parecia utilizar essa situação mais como argumento para conseguir vantagens que nada tinham a ver com equilíbrio de contas. O que ele buscava era livrar-se de um negócio que começava a adquirir o nítido perfil de um naufrágio.

Ludwig pretendia que o governo atendesse prontamente suas determinações. Já se sabia que o Jari não constituía um

empreendimento sólido, bem articulado, como se tudo, saindo da cabeça de um único homem, estivesse sujeito a seus caprichos. Produto de uma vontade solitária, o Jari estava exposto a transformar-se num anacronismo do capitalismo.

Ir além significaria, para o governo, renunciar ao mínimo de dignidade institucional justamente quando abriam-se as portas de acesso da sociedade ao baluarte do estado, no topo do poder. O risco maior era o governo ter que pagar 260 milhões de dólares por causa do aval concedido pelo BNDES para a compra da fábrica de celulose e usina de energia. Mas esses bens, com as instalações complementares, foi contabilizado por 383,4 milhões de dólares. Mau negócio foi assumir a dívida tendo como retorno ações preferenciais, sem direito a voto, de uma empresa que ninguém sabe quando dará lucro.

O jogo de pressões então travado tinha algumas cartas marcadas, que poderiam dar ao governo fundadas suspeitas de que Ludwig também blefava. Dos 705 milhões de dólares de investimentos do Jari, apenas US\$ 173,9 milhões eram capital de risco, acrescidos de US\$ 4,7 milhões de ingressos em bens. Os empréstimos em moeda obtidos atingiam US\$ 277 milhões e o maior credor era o próprio Ludwig, através de sua subsidiária, a Universe Tankships. Ou seja: emprestava a si mesmo, com juros de 5% ao ano. Havia ainda 346,6 milhões em financiamentos diversos, junto ao Lloyds Bank, Ishikawajima (onde ele tirava dividendos) e outras fontes. Dizer que ele perdeu um bilhão de dólares, comendo 250 milhões nesse "arredondamento", é ignorar o delineamento de uma dívida formada acima da capacidade de suporte das atividades desenvolvidas no projeto.

Ludwig esqueceu de reciclar-se à nova época em que o Brasil ingressava quando o Jari começou a produzir celulose, em 1979. Mas ainda que contasse com a mesma benevolência dos primeiros tempos, talvez seu império não escapasse ao destino que acabou tendo. Ele se endividou mais do que o aconselhável. Impôs um ritmo tão acelerado à implantação do empreendimento (explicável por sua idade) que estimulou a prática de absurdos, como o início das atividades operacionais apenas 11 anos depois de ter começado um plantio pioneiro em escala industrial nunca antes alcançada.

Uma auditoria interna, feita em outubro de 1979, acendeu o sinal vermelho de perigo: houve demissões no "staff", despesas foram restringidas e Ludwig aceitou, pela primeira vez, ter um sócio no plantio de arroz para tentar viabilizá-lo. Mas o reequilíbrio exigiria dinheiro vivo — e muito. Ludwig de fato já gastara bastante, mas, na pior das hipóteses, perdera entre 10 e 20% de sua fortuna. Não era o risco de ficar pobre que estava em causa: era a circunstância de perder para um homem que só apostava alto para ganhar, como sempre ganhava.

Dizer que Ludwig nada perdeu no Jari seria radicalizar a análise. Ele perdeu de fato, mas não tanto quanto proclamam: além de ter transferido parte do débito e habilitado o recebimento de outra parcela, pôde comercializar os direitos de lavra sobre a jazida de bauxita do Trombeta, que já estavam caducos, o que, na pior alternativa, cobriu seu capital de risco. Além disso, a maior parte dos erros cometidos no Jari são da exclusiva responsabilidade do próprio empreendimento e não produto de circunstâncias externas a ele. O principal símbolo do capitalismo até o meio do século fracassou em sua etapa final, quando o símbolo já é muito outro.